

**TERMO DE CONTRATO**

Nº 2020.03.12.2

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO/CE, E DO OUTRO A EMPRESA J B PINHEIRO MEO FIM QUE NELE SE DECLARA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 41.362.262/0001-11, com sua sede à Av. dos Três Poderes, S/N, Centro, Deputado Irapuan Pinheiro/CE, através deste ato representada pelo respectivo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, o Sr. FRANCISCO ROLIM NETO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **JB PINHEIRO - ME**, pessoa jurídica com endereço comercial a R RAIMUNDO ENEAS MOREIRA, SN - CENTRO, DEP. IRAPUAN PINHEIRO/CE, inscrito no CNPJ sob o nº 17.461.689/0001-54, neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr(a). **JOÃO BATISTA PINHEIRO**, inscrita no CPF Nº **500.836.513-49**, firmam entre si o presente **TERMO DE CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. Processo de Contratação Direta mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **2020.03.09.2**, em conformidade com o Art. 24, Inciso II da Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO**

2.1. O presente contrato tem como objeto é **AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO**, conforme:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	GUIDÃO	PEÇA	03	COMETA	R\$ 23,00	R\$ 69,00
2	RETROVISOR	UND	03	GVS	R\$ 19,00	R\$ 57,00
3	LUVA	UND	06	VEDOX	R\$ 6,00	R\$ 36,00
4	MANETE DE FREIO	UND	06	COMETA	R\$ 6,00	R\$ 36,00
5	MANETE DE EMBREAGEM	UND	06	COMETA	R\$ 6,00	R\$ 36,00
6	MANICOTO DE FREIO	UND	04	COMETA	R\$ 7,00	R\$ 28,00
7	CARENAGEM DE FREIO	UND	04	TRILHA	R\$ 20,00	R\$ 80,00
8	FAROL COMPLETO	UND	04	CONDOR	R\$ 30,00	R\$ 120,00
9	LAMPADA DO FAROL	UND	06	PHILIPS	R\$ 25,00	R\$ 150,00
10	BENGALA	UND	04	NAKATA	R\$ 58,00	R\$ 232,00
11	RETENTOR DE BENGALA	UND	06	CONTECO	R\$ 5,00	R\$ 30,00

Avenida dos Três Poderes, S/N- CEP: 63645-000 -Dep. Irapuan Pinheiro-CE - e-mail camaradip@hotmail.com

Telefone/Fax: (88) 3569-1220 - CNPJ: 41.342.262/0001-11

www.camarairapuanpinheiro.ce.gov.br

**CÂMARA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO**

Legislando com Seriedade

CNPJ: 41.342.262/0001-11



12	PARALAMA	UND	03	MELC	R\$ 45,00	R\$ 135,00
13	ARO DE RODA DT	UND	06	HONDA	R\$ 95,00	R\$ 570,00
14	ARO DE RODA TZ	UND	06	HONDA	R\$ 92,00	R\$ 552,00
15	JOGO DE RAIO ST/TZ	UND	05	MCA	R\$ 30,00	R\$ 150,00
16	AMORTECEDOR (PAR)	UND	02	COFAP	R\$ 80,00	R\$ 160,00
17	CAIXA DE DIREÇÃO	PEÇA	04	CPL	R\$ 26,00	R\$ 104,00
18	LONA DE FREIO TZ/DT	UND	05	FABREK	R\$ 15,00	R\$ 75,00
19	VELA DE IGNIÇÃO	UND	03	NGK	R\$ 25,00	R\$ 75,00
20	CACHIMBO	UND	03	MAGNETRON	R\$ 28,00	R\$ 84,00
21	CABO DE FREIO	PEÇA	04	REDFOX	R\$ 12,00	R\$ 48,00
22	CABO DE VELOCIMETRO	UND	04	REDFOX	R\$ 12,00	R\$ 48,00
23	CABO DE EMBREAGEM	UND	04	REDFOX	R\$ 12,00	R\$ 48,00
24	CABO DE ACELE	UND	03	REDFOX	R\$ 12,00	R\$ 36,00
25	CHAVE DE IGNIÇÃO	UND	02	MAGNETRON	R\$ 60,00	R\$ 120,00
26	CONJUNTO	UND	04	COBREK	R\$ 80,00	R\$ 320,00
27	CAVALETE CENTAL	UND	03	COMETA	R\$ 58,00	R\$ 174,00
28	MOLA DE CAVALETE CENTRAL	UND	02	TRILHA	R\$ 5,00	R\$ 10,00
29	MOLA DE FREIO	UND	03	TRILHA	R\$ 5,00	R\$ 15,00
30	TAMBA DO BUJÃO DO OLEO	UND	07	TRILHA	R\$ 8,00	R\$ 56,00
31	PNEU DIANTEIRO	UND	08	MICHELLIN	R\$ 120,00	R\$ 960,00
32	PNEU TRASEIRO	UND	08	MICHELLIN	R\$ 130,00	R\$ 1.040,00
33	CAMARA DE AR	UND	15	MICHELLIN	R\$ 28,00	R\$ 420,00
TOTAL R\$ 6.074,00 (SEIS MIL SETENTA E QUATRO REAIS).						

Tudo em conformidade com as condições e especificações contidas no PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA do Processo licitatório **DISPENSA DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **2020.03.09.2**, no qual encontram-se especificados do presente Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO**

3.1. O valor global da presente avença é de **R\$ 6.074,00 (SEIS MIL SETENTA E QUATRO REAIS)**, a ser pago na proporção da entrega dos produtos licitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições do pactuadas.

3.2. O valor do presente Contrato poderá ser reajustado nos casos previstos em Lei.

Avenida dos Três Poderes, S/N- CEP: 63645-000 –Dep. Irapuan Pinheiro-CE - e-mail camaradip@hotmail.com

Telefone/Fax: (88) 3569-1220 - CNPJ: 41.342.262/0001-11

www.camarairapuanpinheiro.ce.gov.br



3.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

3.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições contratuais, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

3.5. Por ocasião do fornecimento deverá ser apresentado recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO/CE - CE, com endereço Av. dos Três Poderes, S/N, Centro, Deputado Irapuan Pinheiro/CE, inscrito no CNPJ nº 41.362.262/0001-11.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA**

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até **31 DE DEZEMBRO DE 2020**, nos termos do artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666/93.

4.2. No caso do material, objeto do presente contrato, ser entregue na sua totalidade, antes da data de término do contrato, fica o referido contrato automaticamente expirado.

4.3. Independente da quantidade de cada item deste contrato à administração ficará no direito de solicitar apenas aquela quantidade que lhe for estritamente necessária.

**4.4. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:** O fornecimento dos bens licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ORDENS DE COMPRAS/ FORNECIMENTO, pela Secretaria Gestora, constando a quantidade de produtos a serem entregues até no máximo **05 (CINCO) DIAS CORRIDOS**, a contar da data de recebimento da ordem de compra.

4.4.1. A ordem de compra/autorização de fornecimento será emitida via fax ao seu número de telefone ou via e-mail ao seu endereço eletrônico, ficando o mesmo obrigado a confirmar o recebimento também via fax e/ou e-mail com assinatura/nome e CPF do funcionário que recebeu, sujeito as penalidades especificadas neste contrato.

4.4.2. Os itens serão recebidos por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, que emitirá o atesto declarando a entrega dos bens.

4.4.3. No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste contrato e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

4.4.4. O aceite dos bens pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste contrato quanto aos produtos entregues.

Avenida dos Três Poderes, S/N- CEP: 63645-000 –Dep. Irapuan Pinheiro-CE - e-mail camaradip@hotmail.com

Telefone/Fax: (88) 3569-1220 - CNPJ: 41.342.262/0001-11

www.camarairapuanpinheiro.ce.gov.br



4.4.5. Os itens licitados deverão obedecer a um cronograma de entrega, entregues de forma fracionada, de acordo com a necessidade e conveniência do órgão interessado e disponibilidade financeira durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ORDENS DE COMPRAS/FORNECIMENTO, pela Secretaria Gestora, constando o local e a quantidade de produtos a serem entregues.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - A despesa decorrente da presente contratação correrá a conta de dotação orçamentária própria DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO/CE. Fonte de Recursos: **ORDINÁRIO**, conforme:

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO /PROGRAMA/P-A/Nº DO PROJETO- ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS
01	01	031.0001.2.001	100000000	3.3.90.30.00

Consignada do Orçamento de 2020 e as correspondentes a serem consignadas nos Orçamentos dos exercícios subsequentes.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 8.666/93.

##### 6.2. O CONTRATADO obriga-se a:

- executar o fornecimento dos materiais licitados dentro dos padrões estabelecidos pela CÂMARA, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a CÂMARA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;



- f) aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- g) entregar os materiais de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços da CÂMARA;
- h) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CÂMARA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a CÂMARA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CÂMARA, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;
- k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) comunicar imediatamente a CÂMARA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- m) possibilitar a CÂMARA efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a CÂMARA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os materiais recusados pela Administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico/Termo de Referência, na Proposta do Contratado;
- o) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da CÂMARA, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata;
- p) arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;
- q) informar nas embalagens de transporte dos materiais, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: marca/fabricante, quantidade em cada caixa, número do Contrato, nº e data da Ordem de Fornecimento e o nome da fornecedora/fabricante;
- r) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo relativo da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

6.2.1. No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas no Projeto Básico/Termo de Referência, na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

### 6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessário o fornecimento dos bens, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

6.3.2. efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento;



## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

7.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega do objeto, não mantiver a Proposta de Preços, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a CÂMARA de DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO e será descredenciado no Cadastro da CÂMARA de DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:

- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a Carta Proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

7.1.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de compra/autorização de fornecimento no endereço constante do cadastro ou do Contrato, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

7.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

7.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos sub itens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

7.2.1. Advertência;

7.2.2. Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo do Contrato ou do contrato, conforme o caso;

7.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

7.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

7.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa da CÂMARA e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

7.4. A falta dos bens não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

7.5. Após o devido processo administrativo, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente na CÂMARA em favor da Contratada ou cobradas judicialmente, na inexistência deste.



7.6. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e neste contrato.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

### **CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao processo de dispensa de licitação e à proposta.

9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá sub-contratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.

9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

### **CLÁUSULA DEZ - DO FORO**

10.1. O foro da Comarca de DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Avenida dos Três Poderes, S/N- CEP: 63645-000 - Dep. Irapuan Pinheiro-CE - e-mail camaradip@hotmail.com

Telefone/Fax: (88) 3569-1220 - CNPJ: 41.342.262/0001-11

www.camairapuanpinheiro.ce.gov.br

**CÂMARA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO**

Legislando com Seriedade  
CNPJ: 41.342.262/0001-11



Assim pactuadas, as partes firmam o presente instrumento, lavrado na CÂMARA MUNICIPAL DE IRAPUAN PINHEIRO/CE, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO-CE, 12 DE MARÇO DE 2020

*Francisco Rolim Neto*  
FRANCISCO ROLIM NETO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO/CE  
CONTRATANTE

*João Batista Pinheiro*  
JOÃO BATISTA PINHEIRO  
CPF Nº 500.836.513-49  
JB PINHEIRO - ME  
CNPJ Nº 17.461.689/0001-54

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- |   |                               |
|---|-------------------------------|
| 1. <u><i>Ruan Cavaleiro do Nascimento</i></u> | CPF. Nº <u>042494853-23</u>   |
| 2. <u><i>Francisca Robsonia Jucá</i></u>      | CPF. Nº <u>203.974.638-20</u> |